

INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA CONSULTA:

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - para informações relativas à legislação de preservação e procedimentos
R. Gago Coutinho, 52, 3º andar. Laranjeiras. Tel.: 2976-6626

Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização Urbanística - AP 1 e 2 da Secretaria Municipal de Urbanismo

Coordenação de licenciamento e fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda
2ª /3ª IRLF (Centro) - Rua Senhor dos Passos, 50

INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA PESQUISA:

Arquivo Geral da Cidade (construções até a década de 1920) - Rua Amoroso Lima, 15. Cidade Nova. 2273-3141

Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Urbanismo

(construções a partir da década de 1930) - Av. Monsenhor Félix, 512 - Irajá

Arquivo Nacional - Praça da República, 173. Tel.:2179-1228

Fundação Casa de Rui Barbosa - Rua São Clemente, 134 - Botafogo. Tel.:3289-4600

Biblioteca Nacional - Av. Rio Branco, 219 - Centro. Tel.: 2220-9484 e 3095-3879

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Av. Augusto Severo, 8/10º andar

Guia das APACs

Santa Teresa

01

02

03

04

05

06

n.07

08

09

10

11

12

13

14

15

16



Ano II Nº I 2012

IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

Rua Gago Coutinho, 52, 3º andar
CEP: 22.221-070 – Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ
Tel: (21) 2976-6626 Fax: (21) 2976-6615
www.rio.rj.gov.br/patrimonio

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Eduardo Paes

Vice-prefeito

Carlos Alberto Vieira Muniz

Secretário da Casa Civil

Guilherme Nogueira Schleder

Presidente IRPH

Washington Menezes Fajardo

Coordenadora de Projetos e Fiscalização

Laura Di Blasi

Gerente de Cadastro, Pesquisa e Proteção

Henrique Costa Fonseca

Gerente de Conservação e Fiscalização

Luiz Eduardo Pinheiro da Silva

Textos

Equipe IRPH

Fotos

Acervo IRPH

Diagramação / Impressão / Acabamento

Ediouro Gráfica e Editora LTDA.

Arte-Final

Janaína Fernandes

Supervisão Gráfica e Editorial

Miguel Paixão

O que você precisa saber para licenciar obras em APAC?



O folder educativo e de orientação para a realização de obras em imóveis de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural.



Distribuído gratuitamente no IRPH
Tiragem limitada



As Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC)

Por muito tempo, o único instrumento legal de proteção do patrimônio cultural no Brasil era o do **tombamento**, instituído pelo Decreto-Lei 25/37 para aquilo considerado como patrimônio histórico e artístico nacional e adotado pelas legislações estaduais e municipais. Protegiam-se, assim, bens culturais de valor excepcional, individuais ou conjuntos, mas de grande significado histórico ou artístico.

O Rio de Janeiro deu um passo à frente das demais localidades brasileiras ao criar um instrumento de proteção do patrimônio cultural diferente do tombamento, que conjugava preservação e desenvolvimento urbano: as **Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – (APAC)**.

A criação das APACs, na cidade do Rio de Janeiro, teve início com o Projeto Corredor Cultural, em 1979, transformado em legislação municipal pelo Decreto 4.141 de 1983, e pela Lei 506/84, reformulada posteriormente pela Lei no 1.139/87. Esse projeto propôs a proteção das características arquitetônicas de fachadas, volumetrias, formas de cobertura e prismas de claraboias de imóveis localizados na Área Central de Negócios que não haviam sido alvo da ação renovadora do ambiente urbano que atingira o local nas décadas de 50 a 70 do século passado.

Em 1984, três outras áreas urbanas tiveram legislações específicas, com o nome de APA (Área de Proteção Ambiental)¹, a saber: bairro de Santa Teresa, Projeto SAGAS (bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro) e Rua Alfredo Chaves, no Humaitá. A partir de então, outras tantas foram sendo criadas até atingirmos o número de 33, aí se somando as Áreas de Entorno de Bens Tombados.

Com a edição do primeiro Plano Diretor Decenal da cidade (1992), a APA se transforma em APAC, ficando aquela denominação apenas para os ambientes naturais.

Uma APAC é constituída de bens imóveis – casas térreas, sobrados, prédios de pequeno/médio/grande portes – passeios, ruas, pavimentações, praças, usos e atividades, cuja ambiência em seu conjunto (homogêneo ou não), aparência, seus cheiros, suas idiosincrasias, especificidades, valores culturais e modos de vida conferem uma identidade própria a cada área urbana.

Através da criação de uma APAC, a legislação urbana estabelece imóveis que poderão ser **preservados** (fachadas, coberturas – formas e materiais, volumetria, claraboias e outros elementos arquitetônicos relevantes); outros, **passíveis de renovação**², que poderão até ser substituídos, dentro de parâmetros que respeitem a ambiência preservada. A legislação da APAC pode, também, estabelecer novos parâmetros urbanos como, por exemplo, gabaritos para a área, atividades e usos adequados e condições de parcelamento do solo. Assim, criam-se as condições necessárias para que a cidade possa garantir sua memória urbana, preservando sua imagem cultural e, ao mesmo tempo, fomentando a adaptação da cidade à contemporaneidade. A APAC não é um instrumento saudosista, mas culturalista, acumulativo, permitindo que novos valores e significados possam ser agregados à identidade urbana, promovendo a dinâmica vital da cidade.

¹ Regulamentada pelo Decreto 7.612/88.

² Cf. PLANO DIRETOR DECENAL, Lei Complementar 111/2011.

Dentro do IRPH, a Gerência de Conservação e Fiscalização, através de seus três Escritórios Técnicos, tem a atribuição de promover a preservação desse patrimônio, através de um trabalho cotidiano de GESTÃO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL e FISCALIZAÇÃO.

Nosso trabalho consiste na análise das intervenções físicas em todos os imóveis situados nas APACs, com a orientação direta aos moradores, proprietários e profissionais quanto à melhor forma de se manter, conservar e reformar tais imóveis e acompanhando as obras; fiscalizando as áreas urbanas e, também, propondo maneiras mais adequadas de se manter o ambiente protegido com condições de habitabilidade.

Na cidade do Rio de Janeiro existem 33 APACs e Áreas de Entorno de Bens Tombados (AEBT), cujas gestões se distribuem pelos três Escritórios Técnicos. O 1º Escritório Técnico abrange a APAC do Corredor Cultural. O 2º Escritório Técnico se estende desde o Centro e Santa Teresa até a Zona Oeste, passando pela Ilha de Paquetá. Por fim, o 3º Escritório Técnico tem, sob sua tutela, as APACs dos bairros da Zona Sul. Vale ressaltar que qualquer que seja a intervenção pretendida para as edificações, até mesmo uma simples pintura externa ou a colocação de um letreiro, assim como transformação de uso, esta deve ter a licença da prefeitura.

Portanto, quem desejar restaurar, conservar, reformar ou construir um imóvel dentro das APACs deve procurar um dos nossos Escritórios Técnicos e receber todas as orientações pertinentes para que seu projeto esteja em conformidade com as diretrizes da preservação dos bens culturais.

Arquiteto Luiz Eduardo Pinheiro da Silva – Gerente de Conservação e Fiscalização.

SUMÁRIO

EVOLUÇÃO URBANA	03
SANTA TERESA - UM BAIRRO PITORESCO	06
BENS PRESERVADOS PELO DECRETO n. 5.050/85	09
BENS TOMBADOS POR DECRETOS ESPECÍFICOS NAS ÁREAS DE PROTEÇÃO ..	12
MAPA	16



Castelo do Valentim

Primórdios

O braço da Serra da Carioca que avança em direção à área central da cidade sempre foi utilizado como via para as águas boas do Rio Carioca abastecerem a cidade.

A partir de uma primeira canalização foi, posteriormente, construído o aqueduto da Lapa, ou "Arcos da Lapa", obra de grande engenhosidade que levava as águas do Rio, ultrapassando o Morro de Santo Antonio até atingir o Largo da Carioca, coração da cidade.

Durante todo o século XVII, o problema agudo do abastecimento de água para a cidade foi discutido, tendo sido determinado uma série de medidas para levar a efeito a canalização da montanha para a populosa planície. Foi imposta uma taxação sobre produtos, entre eles o vinho, para gerar fundos a serem aplicados na construção do encanamento.

No entanto, chegou-se ao século XVIII com apenas um pequeno trecho concluído, somente a partir de 1706 seriam as obras, inclusive dos arcos, aceleradas, estando em 1723 concluída a primitiva Fonte da Carioca. E o grande aqueduto dos Arcos, projeto do brigadeiro José Fernandes Alpoim, definitivamente concluído somente em 1750.

Podemos considerar que os "Arcos" são paisagens de Santa Teresa, embora situado na Lapa, mesmo porque nasce ao lado do início da ladeira cujo nome veio do famoso Convento de Santa Teresa, primeira ocupação urbana do futuro bairro.

O Convento de Santa Teresa

Mandado construir pelo Conde de Bobadela, o convento, que mais tarde daria nome ao bairro, está localizado onde existiu uma ermida erigida em 1629, em louvor de Nossa Senhora do Desterro, e onde mais tarde instalaram-se frades Marianos, e, por último, até 1739, os capuchinhos Italianos.

Em 1750 iniciou-se a construção do convento ao lado da velha ermida, tendo as Carmelitas lá se instalado já em 1751.

A partir daí, o Morro do Desterro passa a, chamar Morro de Santa Teresa.

O Convento de Santa Teresa, que forma um conjunto arquitetônico com a Igreja de N. S. do Desterro, pertence à Ordem das Carmelitas Descalças, e abriga religiosas que vivem isoladas e em condições de absoluta renúncia.

Trata-se do primeiro convento e igreja para religiosas do Brasil, e suas obras obedeceram ao projeto do brigadeiro Alpoim, que também projetou o Aqueduto dos Arcos da Lapa.

Os primeiros acessos, chácaras e caminho das águas

As primeiras ocupações deste trecho da Serra da Carioca deram-se através de grandes chácaras, cujas boas condições climáticas apontavam saúde e variação ao ambiente sufocante e por vezes insalubre do Centro.

Conta-se que a par destas utilizações produtivas e aprazíveis, suas encostas também serviam para abrigar escravos fugidos e negros quilombolas. De qualquer forma, seu difícil acesso e consequente isolamento do centro urbano, desde então já contribuíam para a manutenção de suas características ambientais.

A utilização de suas cumeeiras, e encostas para a instalação da canalização da água, criou uma via de penetração através de seu caminho paralelo, futura Rua do Aqueduto, o qual se transformou em pretexto para passeios e excursões. Estes excursionistas aproveitavam, não só o clima, mas as belíssimas e generosas vistas, começando assim outra característica fundamental do bairro: a apreciação da paisagem.

Esta situação de rarefeita ocupação permaneceu até o final do século XVIII. Até esta época os acessos existentes próximos ao Centro, ambos íngremes, eram: a Ladeira de Santa Teresa, antiga do Desterro, que ia até o convento; e a Ladeira do Castro, que saía da Mata-Cavalos, atual Rua do Riachuelo, subindo a um dos pontos centrais do bairro: o Largo dos Guimarães.

Segundo consta, na Invasão Francesa de 1710, Jean François Du Clerc avançava para tomar a cidade pelo Caminho de Mata-Cavalos, quando travou seu primeiro combate justamente na base da Ladeira de Santa Teresa.

Outras vias importantes que vieram a permitir a subida de carruagens foram: a Rua Santa Cristina, entregue ao trânsito em 1852; e a Rua Dona Luísa, atual Cândido Mendes, entregue ao trânsito em 1858.



Vista do convento de Santa Teresa

O processo de desmembramento das antigas grandes chácaras, para abertura de ruas e loteamentos que já começara nos meados do século XVIII, iria se desenvolver no XIX.

O século XIX e a expansão da cidade

Até o final do século XVIII, o Rio de Janeiro era uma aglomeração urbana, um tanto insalubre e com traçado colonial que não passava do Campo de Santana, atual Praça da República, espremida entre seus quatro morros próximos com os quais intentava se proteger, brejos e pequenas lagoas.

Com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, a cidade inicia um novo ciclo de crescimento, expandindo-se na direção norte e sul, e encontrando então, como opção de ocupação residencial, quase vertical, um incisivo braço do Maciço da Tijuca, também chamado de Serra da Carioca.

Ressalta-se o papel indutor do desenvolvimento industrial, e dos meios de transporte: bondes e trens para a ocupação urbana destes morros íngremes, atendendo às novas necessidades da cidade.

Em 1873 teve início a construção da primeira linha de carris de ferro para Santa Teresa. No início, os bondes de tração animal circulavam apenas nos morros de Santa Teresa e Paula Matos.

Para atingir estes primeiros morros definitivamente ocupados, foi construído o plano inclinado de Paula Matos. Era um ascensor acionado por máquina a vapor, que tinha a estação inicial na Rua do Riachuelo e vencia a encosta paralelamente à Ladeira do Castro, terminando nas proximidades do Largo dos Guimarães. A partir daí seguia-se em carris por tração animal. As obras do plano inclinado, que funcionaria até 1926, foram concluídas em 1877.

Houve também a construção, concluída em 1884, do elevador da Paula Matos, que com 38m de altura, e estação à Rua do Riachuelo, ligava esta com o Morro de Paula Matos.

Introduzida a tração elétrica, obteve a então Companhia Ferro Carril Carioca a concessão para utilizar como viaduto justamente os Arcos, que não mais serviam de aqueduto, trazendo suas linhas ao Centro, até o Largo da Carioca, isto em meados de 1896.

Em 1906, as linhas que já atingiam o Largo do França foram ampliadas até o Sumaré, com tentativa não alcançada de atingir, também, o Alto da Boa Vista.

Os bondes também faziam conexão com a estação Silvestre do trem para o Corcovado, que sai do Cosme Velho. Esta baldeação com a Estrada de Ferro Corcovado, que foi a primeira do Brasil construída exclusivamente com fins turísticos, permaneceu efetiva até 1966.

O sistema de bondes da cidade foi extinto entre 1964 e 1967, restou o de Santa Teresa como o único sistema de bondes em operação em todo o Brasil.

O aspecto turístico já se pronunciara nesse século, com o estabelecimento de diversos e receptivos hotéis.

O movimento imigratório de europeus para o Brasil intensificado nos meados do XIX, mormente de portugueses e italianos, conjugado com os novos meios de transporte, e atraídos pelo clima e pela paisagem, venceram a topografia esquivada, dando à Santa Teresa sua feição que temos hoje.

O século XX e a atualidade

O início do século foi para Santa Teresa de esplendor, com o pleno desenvolvimento das potencialidades do bairro, o qual vem a adquirir renome internacional, e se consolidar como atração turística da cidade.

Já no final do século XIX, com a boa fama alcançada pela região, uma parcela menos abastada da população começou a subir o morro e ocupar suas áreas ainda vazias.

Houve um adensamento com a construção de casas menores e menos suntuosas, que passaram a conviver com as mais rebuscadas, ainda privilégio de uma população mais abastada da cidade, caracterizando o bairro como eminentemente residencial.

Por outro lado, para o urbanista francês Alfred Agache, quando esteve no Rio em 1927 convidado, para desenvolver um plano de remodelação e embelezamento da cidade, reurbanizações seriam mais fáceis nas favelas do que em Santa Teresa, visto que esta era ocupada por "importantes e opulentas construções".

Agache chamou a atenção para aquele que era: "um dos bairros mais aristocráticos e mais agradavelmente pitoresco da cidade, com abundante vegetação circundando as construções e gozando do mais belo panorama".

Atualmente, a par da sua história de estadia e preferência por artistas, e misturas de classes sociais, o bairro enfrenta novos desafios com a intensificação de uso de hotéis e pousadas, restaurantes e artesanias, aumentando sua vocação como local receptivo ao qual é inevitável uma visita.



Santa Teresa é fruto de seu processo próprio de urbanização, e apresenta algumas características particulares como por exemplo; entrar num prédio pelo meio, com apartamentos abaixo e acima desta entrada, e ter, frequentemente aos seus fundos a bela, íntima e poética vista.

E já naquela data preconizava que as atuações deveriam facilitar os acessos e preservar as vantagens naturais do bairro através de regulamentos para construções e preservação das riquezas silvestres.

Às besissimas e nobres residências que pontilham suas sinuosas ruas, a maioria em estilo eclético, sofisticadas sacadas e castelinhos, sinônimo da modernidade do primeiro quartel do século XX, associam-se casas mais humildes e singelas com apenas porta e duas janelas.

As diferenças econômicas e sociais existentes entre seus moradores, no entanto, são perfeitamente integradas à vida e à paisagem do bairro, tanto quanto os diferentes tipos de arquitetura que ali se misturam em equilíbrio harmônico.

De fato, Santa Teresa apresenta uma arquitetura predominantemente eclética com elementos de várias tendências, destacando-se prédios neoclássicos aos quais juntaram-se, já nesse século XX, exemplares do Art Déco, do neocolonial, e do moderno propriamente dito.

Seus castelos, aristocráticas mansões e chalés, são marcos visuais dentro de uma paisagem de variada tipologia estilística que abriga vistas improváveis, compondo um panorama peculiar ao bairro.

Em 1984 foi sancionada pelo prefeito a Lei nº 495 que transformou o bairro de Santa Teresa em – Área de Proteção Ambiental (APA).

Em 1985, a prefeitura do Rio de Janeiro, em continuidade aos estudos que vinham sendo elaborados para a proteção da memória e identidade do bairro de Santa Teresa, criou o Decreto nº 5050/85 que regulamenta a Lei nº 495 e estabelece Área de Proteção do Ambiente Cultural, (APAC) de Santa Teresa.

Esses estudos, como era esperado, revelaram a existência de exemplares arquitetônicos de grande representatividade, assim como dos valores ambientais e paisagísticos presentes na quase totalidade das edificações em sua inserção à acidentada topografia do bairro.

Trata-se de uma APA de notável extensão, uma vez que engloba todo o bairro de Santa Teresa, começando virtualmente no centro da cidade, desenvolvendo-se pelos cimos e encostas da Serra da Carioca, esta que separa grande parte da Zona Sul da Zona Norte da cidade, estendendo-se até o sopé do Corcovado e parte da Floresta da Tijuca.



Edificação residencial com três pavimentos situada no Largo do Curvelo; exemplar de arquitetura moderna no bairro



Casa à Rua Eliseu Visconti, nº 455, no Largo do França, com características arquitetônicas de passagem do Neoclássico para o Eclético, apresentando influência italiana e de chalé

O Decreto nº 5.050/85 regulamenta formas de ocupação do lote, nº de pavimentos e gabaritos, e também o uso para diversos de seus logradouros, submetendo as intervenções pretendidas a avaliação de impactos ambientais e outras medidas de proteção.

Foi realizado um mapeamento que revelou seu extenso acervo, algumas edificações foram preservadas por sua importância arquitetônica e urbanística, e as demais, tuteladas para garantir a proteção das diversas ambiências do bairro. Acrescenta-se também imóveis e bens tombados por sua representatividade histórica individual.



Vista da Rua Almirante Alexandrino, inscrita na topografia íngreme da Serra da Carioca e suas características ambientais



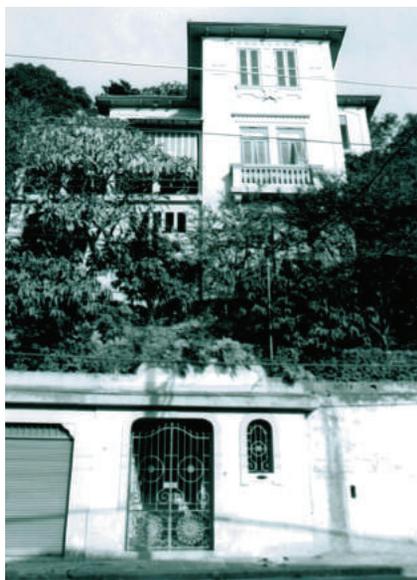
Rua Aurea, 40



Ladeira Frei Orlando, 30



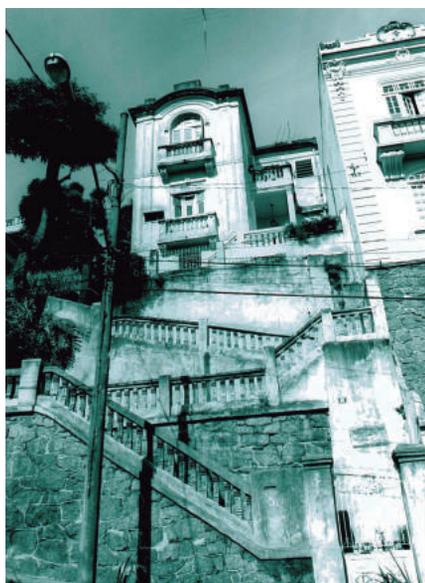
Rua Gonçalves, 95



Rua Almirante Alexandrino, 2660



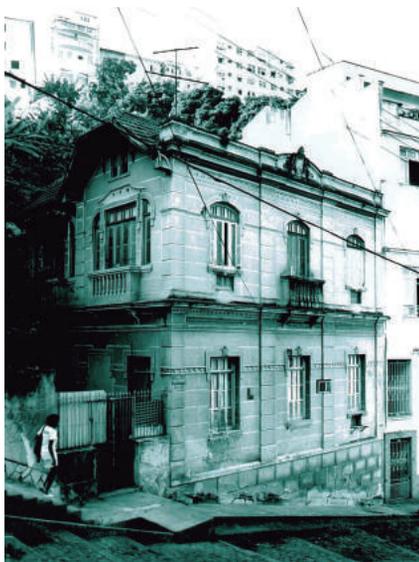
Rua Costa Bastos, 183



Rua Francisco Muratori, 46



Rua Costa Bastos, 721



Rua Francisco Muratori, 122



Alguns exemplos de imóveis preservados:



Residência assobradada de dois pavimentos em estilo Neoclássico, com frisos, ornatos e ombreiras em pedra no primeiro pavimento. Situada na Rua Dias de Barros, 56



Lambrequins complementam a tipologia chalé suíço desta elegante residência situada na Rua Aprazível, 151



Esta edificação residencial multifamiliar, geminada, de porte médio, situada na Rua Almirante Alexandrino, 606 e 616, nos mostra certo rebuscamento de linguagem atingido pelo Eclétismo



Ambiência típica de Santa Teresa no entorno do Curvelo, vendo-se torreão de grande residência com quatro pavimentos, em estilo Eclético com influência austríaca



Exemplar de arquitetura Neoclássica nesta residência incrustada em terreno de pronunciado acíve, a Rua Almirante Alexandrino. Apresenta inclusive antiga entrada para carruagem



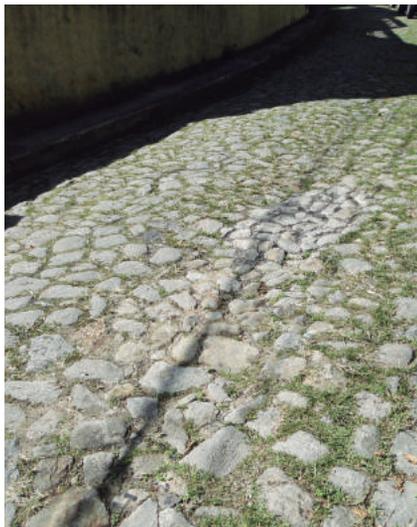
Elegante residência, típica das construções de alto padrão social do início do século XX, situada a Rua Fonseca Guimarães, 55. Possui chafariz e duas estátuas em ferro fundido executadas na Fonderie Du Val D'Osne, na França



Vista da rebuscada residência exemplar do Eclétismo no bairro, apresenta tipologia acastelada. Situa-se à Rua Fonseca Guimarães, 55



Magnífica casa em estilo Eclético acastelado, situada na Rua Triunfo, 38, hoje é utilizada da mesma forma como muitos outros imóveis no bairro, como hostel



Pavimentação em "pé-de-moleque" na Ladeira do Meireles. Este tipo de pavimentação começou a ser utilizado nas cidades brasileiras a partir do século XVIII, e no caso de Santa Teresa, no século XIX



Rua Monte Alegre, 334 e 336



Rua Fonseca Guimarães e Triunfo, 192



Rua Santo Amaro, 113, casa V



Largo das Neves



Rua Francisco Muratori, 46



Largo das Neves



Igreja e Convento de Santa Teresa, na Ladeira de Santa Teresa, 52 – Tombamento em 18.06.1938 – Livro Histórico Vol. 1 - inscrição nº 62 – Livro Belas Artes Vol. 1, inscrição nº 142 (F)



Conhecido como Convento das Carmelitas, foi inaugurado em 1757. A igreja é em estilo barroco jesuítico, e o altar, rococó.

Museu Casa de Benjamin Constant, na Rua Monte Alegre, 255 - Tombamento em 02/04/1958 - Livro Histórico Vol. 1, inscrição nº 322-A (F)



Museu Casa de Benjamin Constant à Rua Monte Alegre, 255. Construída por volta de 1860. Nela residiu Benjamin Constant Botelho de Magalhães que é uma das maiores figuras da história republicana brasileira

Museu Chácara do Céu, na Rua Murinho Nobre, 93 – Tombamento em 23.09.1974 – Livro Histórico Vol. 1- Inscrição nº450. Livro Belas Artes Vol. 1 – Inscrição nº 520. Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Inscrição nº 66 (F)



Bondes de Santa Teresa, incluindo todo o sistema de transporte, inclusive os trilhos, mecanismos e acessórios ligados ao funcionamento dos bondinhos das linhas Dois Irmãos e Paula Matos - Tombamento em 08.04.1988 Resolução SEC nº 31 de 07/02/91 (E)



Caixa da Mãe D'água (1744) e Reservatório da Carioca (1865), na Rua Almirante Alexandrino, 5440 - Tombamento pelo Estado em: 09.12.1998 - Proc. E-18/001542/98 (E)

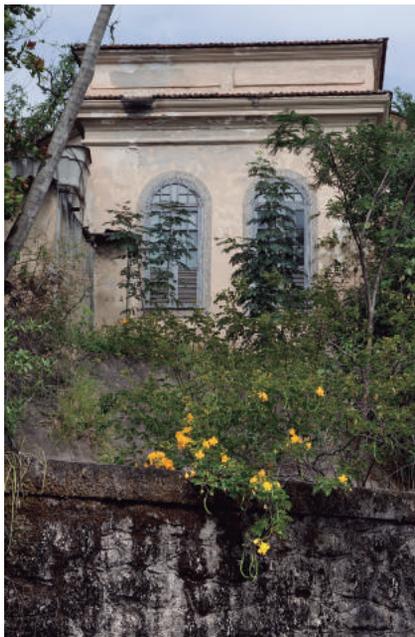


Pavimentação em pé-de-moleque, na Rua Santo Alfredo - Tombamento em 09.05.1986 - Dec. 58.12/86 (M)



Sobrados com porão alto, na Rua Teresina, 12/14 - Tombamento em 07.05.1985 - Dec. 50.85/85 (M)

Reservatório do França (1883), no Largo do França - Tombamento em 09.12.1998 - Proc. E-18/001542/98 (E)



Casa de Chácara, na Rua Monte Alegre, 313 - Tombamento em 25-07-2002. Resol. SEC nº 64/02 (E)



Datada de 1873, este Casa de Cácara pertence ao médico Manuel Correia de Viegas.

Casa, na Rua Hermenegildo de Barros, 158 - Tombamento em 02.04.1987 - Dec. 6.555/87 (M)



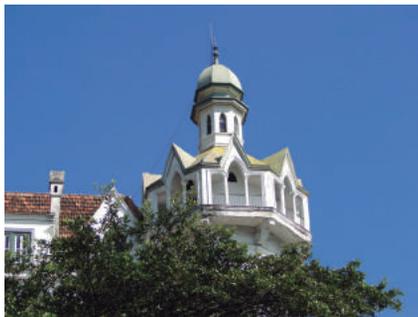
Exemplar representativo das mansões senhoriais construídas no início do século XX no bairro. De composição assimétrica, com três pavimentos e marcada por torreão, destaca-se do entorno devido a sua imponência. Nela viveu o magistrado Hermenegildo de Barros.

Igreja Ortodoxa Santa Zinaida, na Rua Monte Alegre, 210 - Tombamento em 29.09.1989 - Dec. 8.772/89 (M)



Fundada com a denominação de Paróquia Ortodoxa Russa do Rio de Janeiro, em 1934, por imigrantes russos que vieram para o Brasil com a primeira guerra mundial. Em 1937 recebeu a denominação atual.

Castelo do Valentim, na Rua Almirante Alexandrino, 1405 - Tombamento em 27.08.1990 - Dec. 9.586/90 (M)



Castelo do Valentim, detalhe de uma de suas torres, um dos ícones do bairro. Exemplar de feição historicista com marcante influência gótica. A mansão original foi transformada num condomínio com oito apartamentos. Representa importante referência estética e afetiva para a memória do bairro.

Colégio Tomaz de Aquino. (Antiga Pensão Mauá), na Rua Paschoal Carlos Magno, 73 - Tombamento em 25.01.1994 - Dec. 12.645/94 (M)



Amurada de Pedra da Rua Aprazível, na Rua Aprazível, entre o nº 141 e a Rua Francisco de Castro - Tombamento em 09.01.1995 - Dec. 13.590/95 (M)

Hotel Santa Teresa (Hotel dos Descasados), na Rua Almirante Alexandrino, 660 - Tombamento pelo Município em 01/06/2004 - Decreto 24.270/04 (M)



Fachada com seqüências de janelas no alinhamento frontal do Hotel Santa Teresa. Situado à Rua Almirante Alexandrino, 660

Trabalhos de Azulejaria, na Rua Manoel Carneiro - Tombamento Provisório em 19/04/2005 - Dec. 25.273/05 (M)



Piso em pé-de-moleque, na Travessa Xavier dos Passos, Rua Santo Alfredo e Ladeira do Viana - Tombamento em 18.04.96. - Dec. 14.728/96 (M)

Imóvel, na Rua Visconde de Paranaguá, 14/16 - Tombamento: 02.10.1998 - Dec. 17.050/98 (M)

1 Chafariz e 2 Estátuas: Jovens Pajens – Fonderie Du Val D’Osne, na Rua Fonseca Guimarães, 55 - Tombamento em 05-10-2000 - Dec.19.011/00 (M)

Castelo (Atual Centro Educacional Anísio Teixeira), na Rua Almirante Alexandrino, 4098. - Tombamento em 18.04.96 - Dec. 14.728/96 (M)



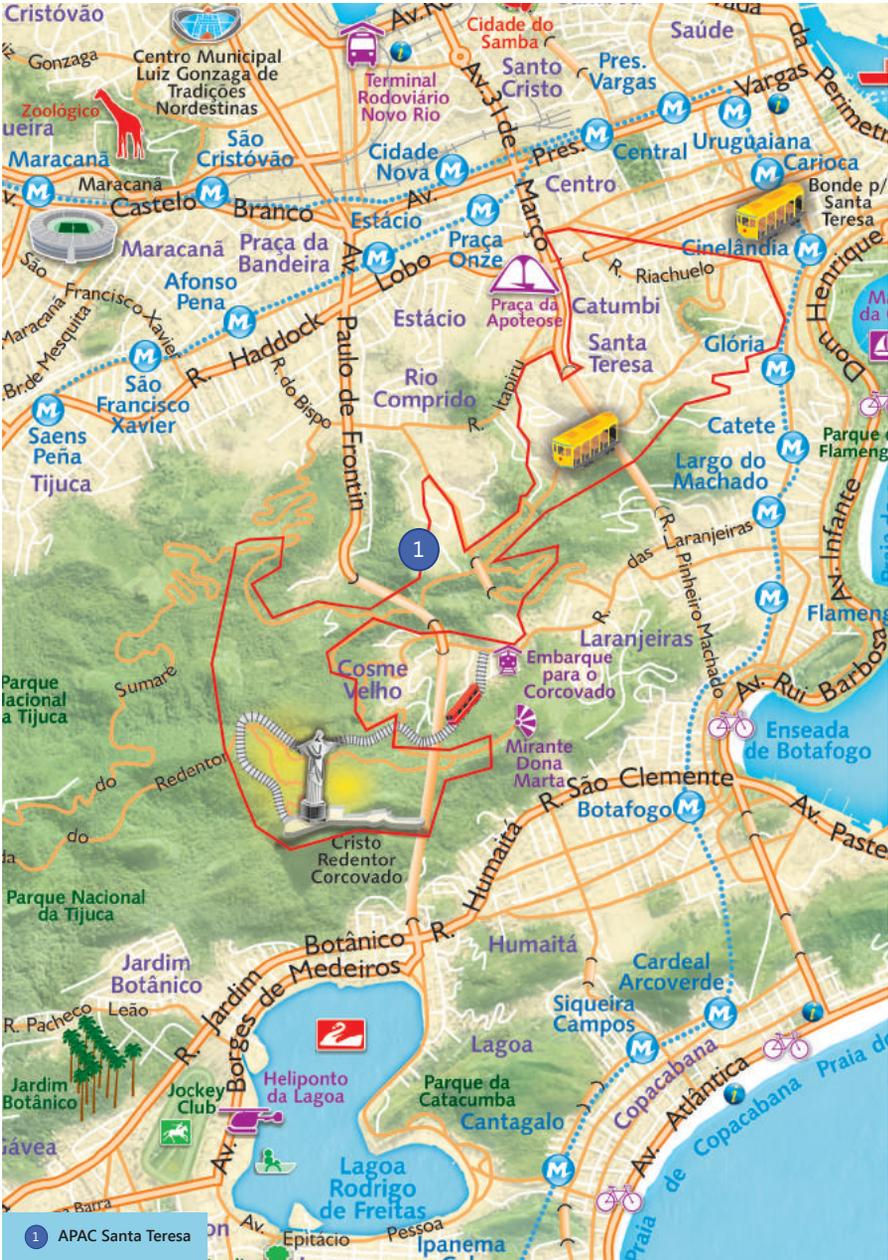


Imagem sem valor legal. Para informações consulte o IRPH.